

**ACTA N.º 005/2007**

**PRIMEIRA REUNIÃO DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRES  
NOVAS REALIZADA NO DIA VINTE E SETE DE JUNHO DE DOIS MIL E SETE**



Aos vinte e sete dias do mês de Julho de dois mil e sete, nesta cidade, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu extraordinariamente este órgão, estando presentes, para além do Sr.º Presidente da Mesa, Manuel Piranga Faria, Luís Alberto Trindade da Silva, primeiro secretário, Nuno José Ferreira Lopes, segundo secretário, e os membros, Adriano Luís dos Reis Aguiar, António Antunes Canais, António Carolino Rodrigues, António Francisco Gomes Lopes, António Manuel Calado Nobre, António Manuel Pedroso Leal, Diamantino Fazenda Bernardo, Evangelina Maria Leiria Mendes, Fernando Manuel Neves de Sousa, Hélder Duque Alves, Hélder Manuel Pinto Rodrigues, Henrique Ferreira dos Reis, Evelina Maria R. A. C. G. Mendes, Joaquim Alberto Godinho Pereira da Rosa, João José Rodrigues Maia Serôdio, João dos Santos Abreu, José Cavalheiro Conde, José Gil Carreira Maia Serôdio, José Manuel Paulo Trincão Marques, Luís Gaspar Lopes Manuel Armando dos Santos Rodrigues, Manuel Augusto Neves Filipe, Manuel João Mota Cardoso, Maria Eduarda Martinho S. Santos, Maria Manuela dos Santos Silva e Sá, Paulo Renato Ermitão Gregório, Ramiro Silvestre L. Machado da Silva, Rita Alexandra Duarte Santos Morte, Rogério Manuel Antunes Rosa.-----

Faltaram à sessão os seguintes membros: Abel Resina de Sousa, Carlos Manuel Simões Barata, Fernando Jorge H. Bonina Zuzarte Reis, José Duarte da Silva Vaz Teixeira, Marta José Guerra Pereira da Silva e Silvino Rino Rosa.-----

Estavam também presentes, os Srs. Vice Presidente e Vereadores Srs. Mário Mota, Carlos Tomé e Nuno Santos.-----

Foram solicitadas as seguintes substituições para esta sessão: nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com a sua redacção actual: Carlos Manuel Simões Barata, José Duarte Silva Vaz Teixeira e Marta José Silva, por José António Magalhães Faria Rodrigues, Hélder Moita e Rui Alves Pereira, respectivamente. Nos termos do artigo 38.º da referida Lei, Silvino Rino Rosa, por João Maria Gomes da Silva, que se encontravam na sala e assumiram o seu lugar-----

#### **ORDEM DE TRABALHOS:**

- 1 – Apresentação e análise do projecto “TURRIS XXI – Cidade criativa” – recuperação e Dinamização do Centro Histórico de Torres Novas.**
- 2 – Apresentação e análise do Plano Estratégico para a Reabilitação dos centros Históricos das Lapas e Torres Novas.**

#### **DEU-SE DE SEGUIDA INICIO À APRESENTAÇÃO DO PONTO UM:**

Foram feitas as seguintes intervenções:

**Sr. Presidente da Câmara** – Fez a seguinte intervenção: “Propusemos este debate na Assembleia Municipal sobre algo que estamos a preparar como estratégia para o concelho de Torres Novas, no âmbito do novo quadro comunitário de apoio que se aproxima. Porque estamos perante uma fase séria de planeamento para o concelho, porque estamos também perante alterações radicais naquilo que tem a ver com apoios comunitários e porque, acima de tudo, estamos perante aquilo que queremos estudar para o futuro do concelho de Torres Novas, entendemos, à semelhança daquilo que fizemos num passado recente, aquando do Turrís XXI, fazer um documento completo para ser aprovado ou não pela Câmara e servir depois de plano e de referencia no que vem aí, a nível de fundos, nos próximos 8, 9, 10 anos. O que hoje aqui vem é um item dum debate mais alargado que, se tudo correr bem, iremos ter, em princípios de Setembro, que tem a ver com a estratégia para o concelho de Torres Novas. Assenta essencialmente no

desenvolvimento do concelho, na educação, no ambiente e na cultura. Entendo que o debate de hoje é extremamente importante e outros poderão vir a acontecer no futuro, porque todos estão interessados em discutir o melhor para Torres Novas, seja para a cidade, seja para o concelho. Para nós discutirmos bem as coisas e fazermos intervenções equilibradas e conscientes daquilo que interessa para o concelho, é preciso percebermos as regras do jogo e eu admito que muitos de vós ainda não conheçam em pormenor a lógica do QREN, porque não é fácil por vezes entender aquilo que são as lógicas funcionais do QREN que, como sabem, está atrasado. Ainda não estão definidas ao pormenor as linhas do QREN, linhas gerais sim e há algo que é fundamental: todos sabermos e percebermos qual é a diferença entre o que foi o QCA I, II E III. e o que vai ser o QREN. É que, aquando da vigência do QCA I, II E III, a Câmara fazia candidaturas isoladas, ou não, aos quadros. Nós, na Câmara, tivemos essa tradição, com a excepção que resultou numa estratégia global a que chamámos na altura Turris XXI, que não mereceu uma aprovação do governo, neste caso de dois governos, houve só uma aceitação tácita. As coisas agora são diferentes, o QREN na nossa região de Lisboa e Vale do Tejo, só vai ter candidaturas aprovadas que contenham uma lógica, que fundamentem, e sejam reconhecidos por outros municípios como interesse regional e vai ser muito difícil fugir a isto. Há aqui duas aparentes excepções que se percebem, que são os centros educativos e também o ambiente, tudo o mais que tenha que ser apoiado comunitariamente, tem de ter uma estratégia regional e isso só não chega, tem de ter um apoio institucional das outras autarquias e, muito em especial, da Associação de Municípios em que estamos inseridos. E isto logo levanta uma questão que é extremamente importante para que as pessoas percebam: é que efectivamente este QREN, da maneira como está imposto aos municípios da região de Lisboa e Vale do Tejo, vem comprovar e, numa vez por todas, tirar dúvidas, de que muitos dos investimentos, que foram feitos no concelho de Torres Novas e, muito em particular, na cidade, se não tivessem sido feitos com o QCAIII, agora seria impensável fazê-los. Sendo pesada a dívida do Município, a mesma assenta a cem por cento, em dívida de investimento e assenta também em obras que se não tivessem sido feitas até aqui, agora não mereceriam essa tal lógica de apoio intermunicipal. Não estou a ver como é que seria possível convencer

vizinhos nossos que o jardim das rosas, o viaduto, o palácio dos desportos, as piscinas, mereciam uma lógica de estratégia regional e é isto que vai ser agora exigido no QREN. Desde há quase um ano que se anda, agora mais afinadamente no Médio Tejo, a preparar uma estratégia para a região que engloba onze municípios. E a lógica de cada um destes municípios tem de estar interligada e tem de merecer, entre nós autarcas, um consenso. Aliás, tem de merecer uma aprovação. Esta discussão merece e tem sido uma discussão única, porque nenhum autarca discute com os outros o que vai fazer no seu concelho. Questão positiva será considerar primeira prioridade, o ambiente e os centros educativos. Se não houver dinheiro para mais nada, tem de haver para os centros educativos, são uma obrigação, uma prioridade. No Médio Tejo, os autarcas ali representados assumiram como projecto n.º 1, a porta Norte de Lisboa, que é o cruzamento da A23 com a A1, aquela zona fulcral da nossa região do Médio Tejo. Vamos começar muitas vezes a ouvir falar na nossa região, vamos deixar de olhar só para o nosso umbigo e vamos ter de começar a perceber que o que o vizinho tem, nós não podemos ter e vice-versa e, portanto, há aqui também alguma aprendizagem para todos nós. Portanto, todos percebemos que o projecto primeiro para o Médio Tejo será desenvolver o nó da A23 com a A1, na chamada zona industrial da Zibreira, numa estratégia regional mas com uma parceria Torres Novas – Alcanena. Aquilo que é óbvio, é tentar que os dinheiros do QREN visem, em primeiro lugar, criar riqueza, criar emprego e ajudar a desenvolver a região e este é o projecto que foi por todos assumido como projecto número um. Portanto, fazer hoje uma estrada dentro do concelho, é quase impossível ter qualquer tipo de apoio comunitário; fazer uma via grande em Torres Novas, Tomar ou Abrantes, dificilmente terá apoio comunitário, só o que for devidamente reconhecido para um lado e para outro. De tal maneira, que, de um modo meramente referencial, Torres Novas, Tomar, Ourém e Abrantes, definiram uma estratégia face ao que aí vem do QREN, que se baseia no seguinte: Ourém, com turismo religioso, Tomar, turismo versus educação, Abrantes, tecnologia e Torres Novas, desenvolvimento empresarial. É isto que completa e complementa uma região. De certo modo, os quatro maiores concelhos do Médio Tejo, assumiram esta estratégia e por isso, em Torres Novas, se tudo correr como pensamos, teremos essa estratégia para a zona da Zibreira. E é bom

que fique claro que, nos QCAs, os investimentos eram esmagadoramente públicos, o QREN é o inverso, desafia as parcerias com privados”.

Acrescentou ainda que a Câmara Municipal de Torres Novas tinha contratado acerca de um ano, o Prof. Augusto Mateus, para ajudar a delinear uma estratégia e curiosamente também foi contratado pelo Médio Tejo, para definir a estratégia global. Informou que há uma série de itens que não vão ser agora discutidos, só mais tarde. Hoje é a requalificação do centro histórico, versus revitalização, para recuperar e revitalizar o centro histórico, estando a fazer-se em duas frentes, por um lado, a revitalização e por outro, a cidade criativa que se está hoje a apreciar. De seguida informou que devido a problemas de saúde o Vereador Sr. Pedro Lobo Antunes não pôde estar presente.

Continuou a sua intervenção, considerando que a Câmara tem condições e deve dar o exemplo e recuperar aquilo que é municipal, melhorando e recuperando os espaços públicos da cidade, neste caso o centro histórico. Informou que, em paralelo, e de há uns tempos a esta parte, já se andava a fazer um estudo, para se ter um levantamento por quarteirões dentro da cidade, no sentido de se começar com regras muito próprias, a impor que também os privados recuperem essas casas velhas que todos conhecem no centro histórico. Por último, disse haver dois caminhos para se tentar, dentro de anos, ter a cidade recuperada a nível do centro histórico: O caminho que a Câmara quer dar aos seus equipamentos versus recuperação de vida e, por outro lado, os privados. A lógica da cidade criativa que irão assumir e que se quer fazer em Torres Novas baseia-se em dois aspectos: o Castelo e o Rio, podendo associar-se aquilo que se tem, àquilo que se pretende fazer.

De seguida, deu início à apresentação, em powerpoint, do documento denominado “Cidade Criativa”, explicando que, no mesmo, só há dois edifícios de raiz, tudo o mais são para recuperar. Informou que o mesmo não pode ser um documento fechado – quando for à Câmara, será um documento prévio, só será encerrado quando o trabalho do Prof. Augusto Mateus estiver concretizado, e havendo contributos para o enriquecer, serão sempre bem vindos.-----

**Rui Alves Pereira** – Fez a seguinte intervenção: “Em primeiro lugar lamentar que o projecto da cidade criativa seja colocado à consideração da Assembleia Municipal quando a maior parte dos projectos, as obras já estão lançadas, outros estão com prazo de início de obra muito curto, isto para uma grande parte deles, portanto as sugestões ou a possibilidade de alteração que é reservada para esta Assembleia é relativamente diminuta, isto para não falarmos na necessidade que havia de colocar um projecto com esta envergadura que vai de alguma forma mexer bastante com a cidade de Torres Novas á consideração dos torrejanos. Um outro aspecto que não pode deixar de se lamentar é que a cidade criativa, é criativa num raio de um quilómetro a partir deste edifício. Para lá dos limites da cidade temos um conjunto de cidadãos que ficam entregues á não criatividade ou outros nomes que a gente lhe queira chamar. Aquilo que nos foi dado a perceber é que o projecto da cidade criativa não é mais do que uma resenha de iniciativas que não foram consideradas na sua totalidade, foram juntas para que pudessem agora, concorrer ao QREN, o quadro que estamos a falar. Ouvimos também o Sr. Presidente dizer que a intervenção assenta em dois aspectos essenciais, que é o castelo de Torres Novas e o rio, ora este é um aspecto que há muitos anos a CDU tem vindo a insistir que estes são aspectos essenciais para o desenvolvimento e característicos da nossa terra em conjunto com a serra e pese embora este lote de iniciativas das quais algumas são bastante boas e outras eventualmente menos boas e outras más, o rio continua a não ser considerado praticamente em nada, com excepção do Moinho dos Gafos, todo o curso do Rio desde a nascente até aos limites do concelho continua a não ter nenhuma consideração especial e isso naturalmente pensamos que é uma lacuna. Também a serra que era susceptível de ter o apoio para intervenções, ainda no âmbito deste quadro que agora vejo e que tomo agora conhecimento de que ele será mais bem suportado se tiver projectos de âmbito regional, ora a serra engloba vários concelhos, portanto não há projectos para essa vertente do concelho e eu creio que isso é uma lacuna. Portanto, não se fala na valorização do Rio Almonda, o parque natural que é proposto está insuficientemente explicado, e creio que mesmo para terrenos como a Várzea dos Mesiões, que são terrenos agrícolas de primeira categoria integrados creio eu na RAN, creio que seria desejável outro tipo de intervenção. Se bem

que, a explicação que o Sr. Presidente deu é muito insuficiente, e aquilo que os jornais já comunicaram, a partir de palavras suas, foi de que estaria previsto um hotel, um jardim, uma zona para corrida de cavalos, uma piscina de verão, e um conjunto de torres. Aquilo que foi visto parece-nos insuficiente e como aquela zona está considerado no PDM, como reserva ecológica, deveria haver outro tipo de intervenção. Eu saliento ainda que o concelho de Torres Novas tem 125 sítios arqueológicos dos quais os que se situam junto às grutas do Almonda são de valor internacional, são porventura dos sítios mais visitados do concelho de Torres Novas, embora muita gente desconheça isto, nele é um local privilegiado onde muita gente faz as suas teses de licenciatura, mestrado e doutoramento é visitado por gente de universidades europeias e americanas e portanto um projecto desta natureza que poderia envolver o Rio e outros aspectos de natureza arqueológica não são também considerados. Isto eram projectos que abrangiam e valorizavam o concelho e não só a cidade de Torres Novas. Também não são citados a valorização dos centros urbanos das aldeias do concelho, já não falo aqui das vinte e duas aldeias e lugares do concelho que não têm saneamento básico, num total de alguns milhares de pessoas permito-me aqui lembrar aqui um projecto, que sei que já contou com o apoio do Sr. Presidente, que é o caminho dos peregrinos. O caminho dos peregrinos com toda a consideração que tenho pelo Sr. Presidente da Junta de Chancelaria, recordar que este projecto consta do programa da CDU das últimas autárquicas e das anteriores e é com muito prazer que temos o gosto de saber que merece a consideração de outros elementos do nosso concelho. Relativamente á ponte de ligação da Avenida à Biblioteca considero que é um projecto francamente negativo, vai destruir e se o arquitecto que projectou a Avenida ainda fosse vivo revolver-se-ia onde quer que estivesse, que vai cortar aquele magnifico passeio da Avenida, vai abrir uma estrada, quando existem outras alternativas. Tivessem estes projectos sido colocados à consideração dos torrejanos, seguramente que havia a hipótese de encontrar outras alternativas, agora que se está a poucos dias de se iniciar a sua construção, vale a pena a pena dizer que alternativas eram, bem embora me pareça que uma delas poderia ser fazer a ponte deixar um caminho traçado para emergências, mas não abrir ao tráfego. Outra solução seria fazer eventualmente uma ponte que ligasse da Quinta da Lezíria junto à ponte

da Levada. Relativamente ao antigo hospital poderiam ser consideradas outras utilizações nomeadamente a junção dos vários museus que se perspectivam para a cidade de Torres Novas, como uma forma de economia de recursos que não seria má. a Câmara Municipal seria melhor provavelmente transformar o local onde se encontra, num quarteirão administrativo como forma de manter o centro da cidade frequentado pelos cidadãos torrejanos e não o desertificar ainda mais.

Leu de seguida o seguinte documento referente à requalificação urbana: “Requalificação urbana corresponde a uma reivindicação há muito reclamada e portanto nada a opor como princípio.

Salvaguardando a qualidade nem sempre verificada em intervenções anteriores que acabaram por pôr em causa o princípio.

Uma “obra” deve ser analisada, no caso que agora interessa, pelo menos em três âmbitos:

Programa — projecto — execução (além dos económicos, financeiros, ambientais, gestão, etc.)

Uma ideia pode ser boa (programa) mal desenvolvida (projecto) e ser bem executada (construção)

Caso das requalificações:

- Largo Francisco d’Almeida (?) (antiga pensão Parque) mau desenho de composição com repuxo e agora quiosque de café ao lado, demonstrando a inconsistência do programa, mau projecto e má execução

- Largo da Império (soluções pontuais desenquadradas e sem nexos)

- Piscinas (edificio desproporcionado / fora de escala tapando vistas sobre o castelo)

- Praça 5 de Outubro (projecto) — perda de referências e de carácter pela introdução de soluções, materiais e desenho iguais a tantos outros em tantos lugares.

- Projecto urbano (?) das Ferrarias ao Bairro do Nicho

2. Cidade Criativa

Não se pode estar contra princípios mesmo quando parecem irrealistas ... porque são princípios. Esta cidade só é viva num espaço concentrado num raio de pouco mais de

um quilómetro. O restante concelho não existe; as aldeias não existem; continua o desenvolvimento assimétrico e de fachada. Depois de Torres Novas Centro do progresso, Capital do empresariado, Capital dos figos secos, Torres Novas — cidade criativa é o marketinguês no seu melhor denunciando uma total falta de estratégia e sentido de cidade, sem bases nem consistência se vai saltando de slogan em slogan numa cidade desarrumada, pontuada por obras desconexas e ilusões tipo Quinta do Marquês, Boquilobo Golf, Torre do Milénio. Porque não uma “exposição sobre borboletas asiáticas “ ou “bichos da seda da Tailândia” ou uma “galeria de obras de Picasso”. Ilusão por ilusão. Depois dos supermercados - consumos comerciais, agora - consumos culturais. Só mudam os nichos de mercado. No primeiro caso a gestão e os prejuízos são privados. No segundo os pequenos “elefantes brancos” ficarão para quem vier a seguir. Qual a resposta que pensa para os encargos futuros? Novos Virgínia, Palácios de Desportos, esta “crosta” cultural, e o entusiasmo que o suporta fazem lembrar o analfabeto que feito novo-rico pelo totoloto (QREN) de imediato resolve comprar uma enciclopédia ... para cada filho. Ele continua inculto e analfabeto.

As propostas apresentadas não estão minimamente fundamentadas quanto à sua exequibilidade, denotando uma tendência para a continuação do consumo de recursos e um aumento de encargos, embora algumas das propostas devam ser aprovadas sem reservas programáticas: casos do Centro Ciência Viva e da recuperação da antiga Praça do Peixe”.--

**Sr. Presidente da Câmara** – Referindo-se à intervenção anterior, respondeu estar habituado a muito mais por parte da CDU, e disse considerar a apresentação destes documentos um assunto muito sério, e não para brincar, ou então iríamos embora. Informou que sobre a mata municipal foram referidas coisas que não disse, como o caso do hotel, o que vem nos jornais não sabe, conta o que disse. Insistiu que o assunto tem de ser levado a sério porque doutro modo, arriscam-se a que não seja levado a sério o que houve. A finalidade é apresentar um projecto para esta terra. O projecto global é para ser discutido em Setembro como já disse atrás e não entende porque se fala de situações que de modo algum poderão estar inseridas neste projecto, ou outras que não se fala e que estão interligadas, como por exemplo as intervenções no rio feitas há alguns anos e que a mata

municipal irá valorizar ainda mais. O que se está a discutir é a cidade criativa, é um somatório de projectos, é verdade, ninguém consegue fazer tudo de raiz e aproveita-se 90% do edificado municipal, dando-lhe um destino.-----

**Ramiro Silva** – Disse querer deixar duas ou três notas em relação à forma e depois alguns comentários em relação ao conteúdo. Em relação à forma, queria dizer o seguinte: “é evidente que nós recebemos aqui um grande manancial de documentação e de informação, eu passei duas noites a ler isto tudo, temos de considerar que é extremamente difícil receber este material todo há dois ou três dias e pretender que hoje se apresentem aqui propostas. Soluções para projectos desta natureza, é difícil tem de se considerar de uma forma séria que é impossível fazer isso, se queremos ser rigorosos. As nossas observações e análises tem de ser de carácter geral. Até porque nós temos como princípio e temos como regra, quando nos pronunciamos, fazemo-los com propostas e critérios. Eu até acho que o processo pela maneira como está a ser conduzido é contraditório com o que está na introdução. A introdução diz e bem e o Sr. Presidente há pouco também disse, que apela à participação das pessoas, às propostas, que deve haver outras ideias, só que depois o calendário que nos é proposto inviabiliza isso. Agora já houve mais uma informação do Sr. Presidente dizendo que isto é um ciclo para fechar em Setembro, mas de facto é curto. Porque o que seria mais lógico era nós hoje obtermos informação complementar que nos foi dada e a Assembleia Municipal poder reunir daqui a uma semana ou duas e trazer então as nossas propostas. Não me vou pronunciar do ponto de vista do pormenor, dos projectos como eles aqui foram apresentados, mas irei dar duas ou três ideias gerais. Penso que é justo que esta nossa sugestão seja considerada. Temos dado provas ao longo dos tempos que somos uma força política de proposta. Fizemos três jornadas autárquicas, em 2003, em 2005 e outra que acabamos de realizar e apresentámos críticas e apresentámos propostas. As pessoas podem não estar de acordo com elas, mas a CDU tem uma ideia para a cidade, tem uma ideia para o concelho, luta por ela e faz as suas propostas. Faz debates. Está no seu direito, está a fazer o seu papel e portanto nós exigimos que também nos dêem espaço, para que neste aspecto tenhamos oportunidade de apresentar essas propostas apesar de

alguma forma e de nalguns casos já ser difícil pelos facto dalguns processos já estarem adiantados. Em relação à forma queria deixar este sublinhado porque nós gostamos de participar nas coisas, dar a nossa opinião. Uma outra nota ainda em relação à forma, já aqui foi falado mas eu queria sublinhar o seguinte: os projectos, as intervenções na cidade, nos concelhos, fazem-se para as pessoas e com as pessoas, penso que era útil, porque quando se fazem debates públicos não estamos à espera que as pessoas vão decidir, quem tem de decidir são os órgãos próprios, é a Câmara Municipal. Mas é óbvio que os projectos, as ideias se forem postas à disposição das pessoas para elas darem opinião, as decisões serão sempre mais enriquecidas e assumidas, penso que essa lacuna é má, num projecto como o Sr. Presidente disse e bem que é importante e estruturante para a cidade. Ainda em relação à forma e tendo presente as referências existentes na introdução sobre um Plano Estratégico para o concelho e que o Sr. Presidente na sua intervenção referiu estar a ser elaborado pelo Prof. Augusto Mateus e que terá pronto em Setembro suscita-me a seguinte dúvida: Do ponto de vista metodológico não seria mais eficaz que a Assembleia Municipal fizesse um debate (à luz do QREN) o que queremos para a cidade e para o concelho, que linha de desenvolvimento estratégico a adoptar, que prioridades e depois de encontrar as opções, elaborar os Planos e candidaturas que os incorporassem. Não se optou por este caminho, somaram-se um conjunto de projectos, alguns já vêm de 1998, do Plano de Informação Cultural, dos 21 apresentados, 4 ou 5 é que são verdadeiramente novos. Propõe-se gastar uma parte significativa dos recursos financeiros da autarquia no âmbito do QREN, mais uma vez na cidade. No passado era porque os projectos e o dinheiro era só para a cidade e agora continua a ser só para a cidade, porque não se apresentam outros projectos. É uma opção. Eu diria para uma parte da cidade temos, outras partes da cidade estão esquecida. Se nós passarmos ali no Alto das Tufeiras e olharmos à esquerda no sentido crescente, vê-se logo: temos uma parte da cidade desenvolvida e depois temos outra que parece um terceiro mundo. O nosso concelho é um concelho lindo, tem uma área natural lindíssima, há projectos que por falta de dinheiro estão parados, o Presidente de Junta da Ribeira, falou na última Assembleia numa paisagem impar que tem projecto que é o açude junto ao rio. Temos uma freguesia que é maior que alguns concelhos, Riachos, que é completamente

esquecida. Nós falamos isso nas nossas jornadas e agora quero reafirmar que o PS não tem uma ideia para o concelho, nós não pudemos correr o risco de daqui a 10 anos, o concelho ser a cidade e os habitantes das freguesias são habitantes esquecidos. Alimenta-se a ideia de que a cidade precisa, mas o concelho não pode ser esquecido e mais uma vez isso está a acontecer. Depois da leitura que fiz, ficou-me um pouco a ideia, posso estar errado, que se privilegia o que não tem nada a ver com Torres Novas e esquece-se o que é Torres Novas. Vou dar dois exemplos: Museu Nacional Alfredo Keill, (acabei por ler no jornal, não sei se é mentira, mas até dizem que houve autarquias que não o aceitaram) em vez do Museu Nacional Alfredo Keil, porque não Museu Nacional Maria Lamas, uma torrejana, que tem história, que tem um património faz parte do nosso concelho, era uma alternativa. Também na introdução do documento, fala-se na arqueologia, muito importante para o nosso concelho e da necessidade de ligação à Universidade Nova de Lisboa, então e a STEIA e os arqueólogos que trabalham na nossa terra, que estão a trabalhar projectos interessantíssimos, não vi aproveitamento dessas situações. Não me vou pronunciar mais sobre os projectos individualmente, mas no entanto queria colocar uma questão: o Sr. Presidente deu uma ideia dos projectos que irão ser comparticipados, mas para além dos custos com os mesmos, se está estimado os custos a ter com o funcionamento destes espaços, até porque ultimamente tem vindo cá para fora notícias de que as finanças da Câmara não estariam muito bem e até contraditórias, falou-se num empréstimo, não se contratou arqueólogos por dificuldades financeiras. Por último, uma chamada de atenção para a qualidade que é preciso salvaguardar na execução dos projectos, ter em conta de que às vezes uma ideia boa, se transforma numa má ideia pela sua execução”.....

**Sr. Presidente da Câmara** – Respondeu de novo esclarecendo algumas questões, nomeadamente: relacionado com a questão dos arqueólogos, informou que os mesmos não foram admitidos, por não se considerar necessário, uma vez que a Câmara tinha técnicos na área. Lembrou que, aquando da discussão da Turris XXI foi criticado por se estar a esquecer do centro histórico, agora referem as Tufeiras, as aldeias, quando toda a gente reclama a recuperação do centro histórico. Considera pertinente a questão colocada de

como manter todos os equipamentos inseridos no projecto e justificou que se dentro de cinco ou seis anos se tudo se encontrar concretizado, a relação efeito-custo, não tem comparação, devido à riqueza de se poder usufruir deste tipo de equipamentos que serão um orgulho para todos.

Questionou ainda o motivo dos partidos não fazerem debates, uma vez que o documento tinha sido entregue há já três semanas aos vereadores da oposição, com pedido para entregar aos partidos e não há dois ou três dias como foi referido.-----

**Ramiro Silva** – Respondeu o seguinte: “Eu não disse não estar de acordo com a recuperação do centro histórico, há anos que a defendemos, mas não quer dizer que estejamos de acordo com tudo o que lá se vai fazer. Nas jornadas autárquicas de 2003, sobre o Estado do Concelho, nós até fizemos um levantamento dos edifícios danificados rua a rua, apresentamos soluções, mas tenho o direito de numa estratégia que nos é apresentada ter uma opinião. Tivemos falta de tempo mas apesar disso apresentamos uma proposta, porquê Alfredo Keill e não Maria Lamas? Quanto ao projecto do parque urbano não o temos, seria bom que nos fosse cedido para o pudermos analisar. O Sr. Presidente mostrou-o mas não o temos, por isso é difícil ter opinião só pelo que nos foi aqui mostrado”.-----

**António Gomes** – Disse o seguinte: “Gostaria de dizer em primeiro lugar que o BE não tem nenhuma posição definitiva sobre este assunto, deveras importante para a cidade de Torres Novas. Naturalmente também não podíamos ter, porque recebemos estes documentos na sexta-feira passada, penso que era de todo impossível chegar aqui e dizer o que nos vai na alma com toda a segurança. A seu tempo naturalmente pronunciar-nos-emos sobre estes projectos e estas ideias, para a cidade de Torres Novas e também naturalmente para o concelho. Penso que se pode encarar isto como um principio de discussão publica, penso que as forças vivas do concelho, as autarquias também e os partidos, poderão agarrar nestas ideias e transformá-las para debate e para discussão e penso que esse é o melhor caminho para que se possa chegar a uma conclusão e a projectos o mais acertados

possíveis. Dizer no entanto que há algumas ideias interessantes e gostaria de dizer isto porque me parecem que correspondem a problemas que se arrastam há muitos anos e têm vindo a prejudicar a cidade e o concelho e sou da opinião que essas ideias interessantes devem ser discutidas, também algumas já o foram em campanhas eleitorais, inclusive também partilhadas e apresentadas pelo BE em alturas diversas. Gostaria de saber o motivo de estarem projectos novos, misturados com outros mais antigos, porque é que há projectos apresentados e já financiados pelo QCAIII, e que agora apareceram neste projecto novo, ligados aos projectos que se prevê serem financiados pelo QREN. Gostava também de perceber, tendo em conta a explanação que o Sr. Presidente da Câmara fez no início, porque não aparece nenhuma ideia para os concelhos de Torres Novas e Entroncamento em várias áreas, nomeadamente, transportes e ambiente, fiquei surpreendido. Também não aparece nada da Vila Cardillio. Finalmente gostaria de me congratular com o ponto final dado à eventual instalação da Universidade, na Casa Amarela. É um aspecto positivo, finalmente livramo-nos disso, dando outra finalidade à Casa Amarela”.-----

**Paulo Renato Gregório** – Interveio do seguinte modo: “Tenho três considerações a fazer sobre o projecto e uma questão depois a colocar: a primeira tem a ver com o facto do projecto apresentado, na minha óptica, ser um elemento congregador de dois tipos de intervenção: um tipo de intervenção que já está em execução na cidade, como é o exemplo da envolvente do Castelo e da Biblioteca Municipal e outro tipo de intervenção como é caso da Quinta da Lezíria e do Moinho dos Gafos. Penso que articular estes dois tipos de intervenção num todo coerente e executável é a primeira virtude deste projecto apresentado pela edilidade. Depois a segunda consideração: na sua globalidade o plano surge bem estruturado em torno de diferentes valências como são o caso da recuperação do património edificado, da articulação entre os espaços patrimoniais, como são o caso do Museu Vivo do Brinquedo e o Museu Municipal de Arqueologia Industrial e Etnografia que já há muito merecia um espaço condigno ou então o aspecto da articulação pretendida entre os dois pólos culturais de âmbito nacional como são o caso da aposta nos espaços indicados Alfredo Keill e Lobo Antunes, que parecem ser apostas que pretendem colocar Torres

Novas no mapa em termos nacionais e que me parecem importantes, embora esteja aberto como é óbvio, a propostas como a questão da Maria Lamas, que acho interessante.

A terceira questão que vou colocar em relação a isto, tem a ver com o facto deste programa na minha óptica ser um sinal claro, positivo e inequívoco da autarquia em recuperar o centro histórico, porque a autarquia ao recuperar o seu património edificado, está a dar um exemplo aos privados no que diz respeito à recuperação de muitas casas dos vários núcleos históricos que Torres Novas tem e articular este exemplo da autarquia com a questão da SRU penso que será extremamente importante e este projecto poderá ter esta virtude. Depois destas três considerações, a questão que eu queria colocar e que gostaria fosse bem atendida pela mesa, relativamente ao Mercado das Ideias, saber o que está pensado aqui em termos globais qual a articulação entre os diversos espaços, com o espólio do escritor Lobo Antunes, com a Ciência, Teatro Virgínia e os serviços educativos, no fundo saber o que se pretende em termos globais, para dar uma volta ainda maior à cultura desta cidade. Era esta a questão que eu deixava”-----

**O Sr. Presidente da Câmara** – Respondeu às questões, nomeadamente sobre a mobilidade entre o Entroncamento e Torres Novas, que aparecerá no debate a seguir, bem como justificou a razão de não constar a Villa Cardillio, que se encontra numa fase de candidatura com o IPA.-----

**Sr. Eng.º António Aidos** – Iniciou a sua intervenção fazendo uma análise elogiosa à qualidade de todos os projectos apresentados, bem como justificou a ligação dos projectos antigos aos modernos, que têm em conta todos os pressupostos daquilo que é elegível no próximo quadro comunitário, para efeitos de aprovação. A questão colocada de ser num espaço dum quilómetro, justifica-a por ser uma área que é elegível e que é possível fazer um projecto concertado de cidade. Referiu que todos os equipamentos são readaptações, o que faz sentido, há componentes que se tem a sorte de se terem todas e que liga os conceitos principais: ambiente, educação, cultura ciência e inovação, tem tudo. As adaptações de património existente fazem todo o sentido estar a trabalhar a memória desses

edifícios dentro do que é elegível ou não. Referiu ainda que quando se pensa no Alfredo Keill, é impossível não pensar no Carlos Reis, o projecto depois em termos de funcionalidades vai ter de ter isso em conta, vai ajudar a potenciar um museu ao outro. Está-se a apostar e a contribuir para a qualidade de vida das pessoas, trazendo outro tipo de economias. Informou que a Vila Cardillio não foi considerada no projecto, porque existe a decorrer, uma candidatura ao IPA. Ainda sobre a Maria Lamas considera não é elegível a nível nacional, realçando de seguida Alfredo Keill, possuidor de uma obra bastante diversificada e dum valor incalculável e o escritor Lobo Antunes, que poderá ser o próximo Nobel da literatura, sendo dois elementos que justificam por certo a aprovação deste projecto.-----

**Sr. Presidente da Câmara** – Interveio e justificou que as razões dalgumas obras não estarem concluídas, se prendem com questões financeiras. Concluiu prestando algumas informações relacionadas com a nova Lei das Finanças Locais, que traz algo positivo, possibilitando contrair empréstimos destinados à recuperação urbana.-----

**Sr.º Eng.º Aidos** – Respondeu ainda às questões colocadas sobre o que irá ser o Mercado das Ideias – bem como a sua articulação com todos os outros espaços, nomeadamente as vantagens das residências artísticas.-----

**Procedeu-se de seguida a um pequeno intervalo** -----

**Retomada a sessão, intervieram os seguintes membros:**

**Luís Gaspar** – Fez questão de deixar três notas:

1 - Quando o Sr. Presidente trouxe pela primeira vez a esta Assembleia, o programa Turrís XXI, houve muita “tarefa” e houve até quem dissesse que aquilo não passaria dum panfleto eleitoral, felizmente que assim não foi, as obras estão aí, estão feitas, estão bonitas, são úteis, umas maiores que outras, mas estão aí. Sobre esta segunda fase do Turrís XXI, vem-nos provar a grande capacidade de iniciativa, a grande capacidade de angariação de fundos e uma grande capacidade de trabalho, não do Sr. Presidente, a sua equipa, toda a

Câmara, incluindo os técnicos, e isto, a história nos dirá o resultado deste trabalho que é bom e que não nos cansamos de enaltecer.

2 – Quando foi chamado ao Bairro das Tufeiras, o terceiro mundo – concerteza que não se aperceberam da grande intervenção de fundo, feita há poucos anos, no referido Bairro, aliás quem o conheceu antes e agora, vê a grande diferença.

3 – Sobre a Estrada do Alvorão, gostaria de referir o grande volume de trânsito que a mesma tem e lembrar se não seria considerada de interesse regional para fins da sua recuperação e conservação.-----

**Manuel Filipe** – Disse o seguinte: “Louvar a discussão e o conhecimento por parte desta Assembleia, deste projecto essencial para a cidade. Penso que esta oportunidade valoriza o papel desta Assembleia Municipal e, por outro lado, contrariando um pouco algumas opiniões, penso que valoriza também a representatividade de todos nós enquanto membros eleitos para esta Assembleia. De recordar também que alguns projectos nele incluídos já são projectos que vêm de antes das eleições, portanto já são projectos ou intenções que andaram na opinião pública, já foram discutidos e, portanto, essa discussão pública já vem sendo feita de algum tempo a esta parte.

Em segundo lugar, dizer que esta aposta no centro histórico assenta talvez no papel inovador da autarquia, na medida em que, indo ao encontro daqueles que diziam que era necessário intervencionar tudo, vem dar à autarquia a possibilidade de lançar projectos âncora que cumprem vários objectivos. Por um lado, trazem para o centro histórico serviços e instituições capazes de dinamizar e dar vida a esse centro histórico; por outro lado, são uma solução e uma possibilidade de recuperar alguns edifícios da autarquia em mau estado de conservação; e, por outro lado ainda, servem de incentivo aos privados para investirem e reconstruírem e apostarem também no centro histórico. Já por diversas vezes foram referidas, nesta Assembleia, as dificuldades que há no contacto com os proprietários desses mesmos edifícios. Eu lembro-me de ter visto um anúncio num dos jornais locais a anunciar a expropriação de uma pequena parcela e nele serem noticiados uma série de herdeiros.

Em terceiro lugar, acho que é importante frisar aqui um aspecto de que, quando se diz que investir na cidade é desinvestir nas aldeias e nas freguesias. Penso que isto é uma ideia errada. Talvez interesse a uma determinada perspectiva política fazer passar esta ideia, mas eu creio que ela é marcadamente errada e deturpadora da realidade que todos nós estamos a viver. Vamos dar um exemplo concreto: eu penso que dezassete pequenas bibliotecas espalhadas por este concelho não formam um bom e eficaz serviço de biblioteca ao serviço da população. Ou seja, mais vale termos a biblioteca que está projectada e que está em construção e que de certa forma vai não só servir a cidade, mas também todo o concelho, do que estarmos agora cada um a defender a sua capelinha e depois cada freguesia querer a sua sala de livros, a sua biblioteca. Penso que não é por aí que passa o progresso e o desenvolvimento deste concelho. O que talvez o presidente de Junta deveria trazer aqui seria a pergunta: como é que as crianças das aldeias e a população podem ter acesso às Bibliotecas, ao Centro de Ciência Viva, etc. Isso, sim, seria de valorizar. Importa deixar bem claro esta ideia de que realmente não é servindo localmente cada freguesia com um pequeno serviço público que dá a qualidade e a dimensão de futuro a este mesmo concelho. -----

**António Canais** – Disse o seguinte: “Sugeria que fosse marcada outra reunião devido ao pouco tempo que tivemos e como o Sr. Presidente da Câmara, disse na sua introdução, que estava aberto mas que agradecia que as pessoas fizessem críticas e que dessem alternativas, nós como estamos sempre interessados em contribuir, mas para isso precisamos dum mínimo de tempo para poder estudar e apresentar as questões com fundamento suficiente. Admitimos perfeitamente que poderemos também ter ideias que não estejam muito correctas. Há pouco, ouvi o Sr. Eng.º Aidos e questiono a que propósito vêm estas personalidades para Torres Novas? Se fosse a Maria Lamas, acharíamos natural, agora estes, o que têm eles a ver connosco? É certo que o escritor Lobo Antunes, tem cá o irmão Vereador, mas isso será suficiente.... mesmo com a justificação de que eram elegíveis. Então este plano não será um plano estratégico, porque esse será o que anda a

fazer o Prof. Augusto Mateus, e a lógica deveria ser começar por aí, mas não foi. Por isso vêm estes dois porque são elegíveis e talvez mais viriam se o fossem.

Não apreciámos a intervenção do Sr. Presidente da Câmara sobre o Rui Pereira, não vimos para aqui brincar e portanto esperamos mais comedimento para o futuro. Agora se as borboletas asiáticas fossem elegíveis certamente que não escapavam. Mas querer fazer tudo a qualquer preço nunca foi nem será o mais correcto. Lembremos que vieram fundos europeus para arrancar a vinha para abater barcos de pesca, etc., e a que é que conduziu essa politica: mais desemprego, mais empobrecimento etc, etc., -----

**Sr. Presidente da Câmara** – Respondeu de novo, nomeadamente da possibilidade de inserir neste projecto, a execução da estrada do Bom Amor devido à sua dinâmica e acrescentou que, pelo que tem ouvido, não gostaria que fosse esta Assembleia a desvalorizar este projecto, que considera de grande valor, porque é um projecto não muito vulgar. Sobre a vinda do espólio de Alfredo Keill e escritor Lobo Antunes, disse se calhar se fosse a Maria Lamas não ouviria tantas críticas, mas muita gente não a conhece e não se pode fazer comparações, e era isso que gostaria que entendessem. Terminou dizendo que irão avançar com este projecto, questionando se o mesmo não avançar, o que iriam fazer, ou qual o destino que iriam ter os edifícios em questão.-----

**José Trincão Marques** – Disse o seguinte: “Na sequência do que foi dito pelo membro Manuel Filipe, quero louvar esta Assembleia por estar a realizar mais uma sessão temática extraordinária. Já fizemos uma sobre a saúde, hoje estamos a fazer sobre o documento Turrís XXI e espero que no futuro voltemos a fazer mais. Não concordo que se volte a discutir o ponto um agora e outra vez noutra dia. Parece demais e cansativo, até porque pedi a palavra mas não tenho muita coisa a dizer, esperava mais e melhor qualidade. Alguém põe em causa a recuperação do centro histórico, aproveitamento do Moinho dos Gafos e por outro lado as considerações feitas aos escritores, também me parecem descabidas e tratado com desconsideração. Alfredo Keill e o escritor Lobo Antunes não têm raízes de nascimento em Torres Novas, mas Torres Novas é uma cidade

que tem a sorte de estar localizada no centro da país e boas vias de comunicação, por trazer essas duas figuras nacionais, um deles candidato ao prémio Nobel deste ano, é um orgulho para Torres acolher o seu espólio. Hoje estamos a discutir o projecto da cidade criativa, não a serra e as aldeias que merecem, mas não hoje”.-----

**Ramiro Silva** – Questiona se não foi pensado nada para as Lapas, se não há lá nada que seja elegível, tenho de ter cuidado com as perguntas. Para o Sr. Presidente não ficar zangado. Em relação à Maria Lamas o Eng.º Aidos disse que não era elegível, porque não a conhece, como se pode considerar elegível uma coisa que não se conhece, é obviamente estranho. Ninguém desconsiderou Alfredo Keill. Apesar das críticas vamos apresentar propostas e com certeza terminar da mesma maneira que o Sr. Presidente nos falou; as pessoas podem votar, mas independentemente disso não se tiram o direito e tanto que falaram nas aldeias e depois toda a gente falou.-----

**António Leal** – Desejou as melhoras do Sr. Vereador e saudou a Assembleia pela realização desta reunião temática. Acrescentou que a recuperação do centro histórico não é de nenhum partido, é transversal, é de todos e por isso estarão atentos. A seu tempo irão tecer as suas considerações até porque alguns projectos já vêm do passado e gostariam que tudo fosse concretizado e muito mais. Há sempre opiniões divergentes, é preciso haver debates e até deve repetir-se noutros temas. Acrescentou que aguardarão pela apresentação do projecto final.-----

**Sr. Presidente da Câmara** – Interveio de novo, referindo que a recuperação do centro histórico não é bandeira de ninguém, é importante que se faça e respeita a opinião dos outros. Ainda a hipótese de reunir antes de Setembro não considera necessário, nesse mês, se tudo correr como previsto, haverá a apresentação do plano estratégico já aqui anunciado. Lembrou que no plano estratégico, as Lapas não está esquecida, até porque a Cidade Criativa assenta em equipamentos municipais, nas Lapas só as ruínas fica fora do

contexto. Concluiu, justificando que sem estes dois espólios de grande valor, Alfredo Keill e escritor Lobo Antunes, dificilmente se conseguiria apoio financeiro.-----

**António Canais** – Respondeu que não puseram em causa o valor do espólio de Alfredo Keill, a questão era o que tem o mesmo a ver com Torres Novas, a nossa dúvida era essa.-----

**Sr. Presidente da Câmara** – Respondeu ainda à questão colocada, justificando que as opções têm de ser bem delineadas para se conseguir concretizar o projecto da cidade criativa.-----

O **Sr. Presidente da Mesa** – propôs a continuação da sessão para discussão do ponto dois, para quarta-feira, dia 4 de Julho, tendo assim sido encerrada a primeira reunião.-----

**SEGUNDA REUNIÃO DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRES  
NOVAS REALIZADA NO DIA QUATRO DE JULHO DE DOIS MIL E SETE**



Aos quatro dias do mês de Julho de dois mil e sete, nesta cidade, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu extraordinariamente este órgão, para continuação da sessão iniciada a vinte e sete de Junho, estando presentes, para além de Luís Alberto Trindade da Silva, exercendo as funções de Presidente da Mesa no impedimento do mesmo, Nuno José Ferreira Lopes, exercendo as funções de primeiro secretário, e de segundo secretário, Rita Alexandra Duarte Santos Morte e os membros, António Antunes Canais, António Francisco Gomes Lopes, António Manuel Calado Nobre, Fernando Jorge H. Bonina Zuzarte Reis, António Manuel Pedroso Leal, Evangelina Maria Leiria Mendes, Fernando Manuel Neves de Sousa, Hélder Duque Alves, Evelina Maria R. A. C. G. Mendes, Joaquim Alberto Godinho Pereira da Rosa, João José Rodrigues Maia Serôdio, João dos Santos Abreu, José Cavalheiro Conde, José Gil Carreira Maia Serôdio, José Manuel Paulo Trincão Marques, Luís Gaspar Lopes, Manuel Armando dos Santos Rodrigues, Manuel Augusto Neves Filipe, Maria Eduarda Martinho S. Santos, Maria Manuela dos Santos Silva e Sá, Paulo Renato Ermitão Gregório, Ramiro Silvestre L. Machado da Silva e Rogério Manuel Antunes Rosa.-----

Faltaram à reunião os seguintes membros: Abel Resina de Sousa, Adriano Luís dos Reis Aguiar, António Carolino Rodrigues, Carlos Manuel Simões Barata, Diamantino Fazenda Bernardo, Hélder Manuel Pinto Rodrigues, Henrique Ferreira dos Reis, Manuel João Mota Cardoso, José Duarte da Silva Vaz Teixeira, Marta José Guerra Pereira da Silva, Manuel Piranga Faria e Silvino Rino Rosa.-----

Estavam também presentes, os Vereadores Srs. Pedro Lobo Antunes, Carlos Tomé e Nuno Santos.-----

Foram solicitadas as seguintes substituições para esta sessão: nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com a sua redacção actual: Carlos Manuel Simões Barata, José Duarte Silva Vaz Teixeira e Marta José Guerra Pereira da Silva, por José António Magalhães Faria Rodrigues, Hélder Moita e Rui Alves Pereira, respectivamente. Nos termos do artigo 38.º da referida Lei, Silvino Rino Rosa, por João Maria Gomes da Silva, que se encontravam na sala e assumiram o seu lugar-----

Deu-se de seguida início, à análise do seguinte ponto da ordem de trabalhos:

**Apresentação e análise do Plano Estratégico para a Reabilitação dos Centros  
Históricos das Lapas e Torres Novas.**

Usou da palavra o **Vereador Sr. Pedro Lobo Antunes**, começando por referir que o trabalho não necessita de apresentação, uma vez que o mesmo já tinha sido entregue aos Srs. Deputados com alguma antecedência. Conhecem bem o trabalho, a proposta da Câmara é ouvir a Assembleia e as suas propostas para o melhorar. Referiu que este documento se integra na estratégia da Câmara no sentido de recuperar e revitalizar o centro histórico, daí que há acções, há propostas deste documento, que se cruzam com aquilo que foi discutido na reunião da Assembleia anterior sobre a cidade criativa. Portanto o objectivo é revitalizar, recuperando e dando nova vida ao centro histórico de Torres Novas e Lapas que considera uma coisa só, só que fisicamente estão separadas. Referiu que em tempos o GTL, sediado na Câmara, considerou um centro histórico de Torres Novas e um centro histórico de Lapas e foram tratados como tal. Daí que ao encomendar-se este trabalho se rebuscasse essa concepção e se entregasse à equipa externa, a elaboração do trabalho de junção destes dois núcleos, sendo que o de Torres Novas foi um pouco mais alargado em relação ao trabalho do GTL. Acrescentou ainda o seguinte: O trabalho está aí presente e a minha missão é recolher as vossas opiniões, e as vossas propostas, no sentido

de as discutir depois com a equipa do projecto, assim como este documento é o resultado da discussão que houve na Câmara, com Vereadores do PS, com a equipa, e a seguir a esta Assembleia, o objectivo é voltarmos a reunir, com novo documento para ser definitivamente aprovado”.-----

**António Leal** – Iniciou a sua intervenção, congratulando-se com a presença do Sr. Vereador, que se encontra melhor. Reportando-se a este segundo ponto da ordem de trabalhos e ao que se passou na última Assembleia, apraz-lhe naturalmente fazer uma pequena referência: é que foi dito na Assembleia pelo Sr. Presidente da Câmara, que a ausência do Sr. Vereador, determinava a falta de uma oração de sapiência e uma exposição cuidada e técnica relativamente aquilo que nos era apresentado. Obviamente que o PSD entendia que isso era importante, uma vez que o ponto era: apresentação e análise do Plano Estratégico para a Reabilitação dos centros Históricos das Lapas e Torres Novas. Entende-se que isso era importante, mais importante do que eventualmente recolher as sugestões que o Sr. Vereador pretende, mas mais importante era ouvir de facto essa oração de sapiência. Pelos vistos assim não acontece e como se vê, o PSD deu tanta atenção a isso, que se encontra só para o ouvir.-----

O **Vereador Sr. Pedro Lobo Antunes** - Disse não estar ali para dar nenhuma aula, só faria sentido estender-se mais, se o documento tivesse sido entregue em cima da reunião. Prefere responder às dúvidas ou discordâncias, é mais fácil ouvir e as respostas serão explicações.-----

**António Gomes** – Parece-lhe acertado ter havido de facto uma exposição política, uma justificação política e também técnica, porque isto levou meses a discutir com os técnicos da Câmara e da empresa. Há com certeza uma discussão técnica bastante aprofundada, há um conjunto de argumentos que os levaram a esta proposta final, parecia de facto que esta Assembleia Municipal teria todo o gosto e ganharia com isso se houvesse essa explicação. A não ser assim, o BE vai naturalmente dar as suas opiniões sobre o que

está em questão: O documento que nos é apresentado faz um diagnóstico parece-me bem elaborado.

Revela aquilo que já se pensava. Os sucessivos executivos camarários do PS e antes do PSD, nunca quiseram ver, nunca quiseram ouvir.

O Centro Histórico está uma lástima que dificulta e nalguns casos impede a sua reabilitação, como é reconhecido. 322 prédios desocupados – o deserto afinal não é na margem sul do Tejo, é aqui.

Muitos prédios degradados, muitos prédios em ruína. Alguns imóveis de interesse patrimonial em avançado estado de degradação. População envelhecida, como é sabido.

Actividade económica em coma profunda, comerciantes em desespero.

Rio poluído e abandonado, nalguns locais com uma imagem de degradação.

Ocupação automóvel incompreensível, Praça 5 de Outubro.

Novo regulamento da Alcaidaria promove o abandono ao invés de aproximar as pessoas.

Promoção de nova construção sem se dar atenção aquilo que estava mesmo em frente aos nossos olhos. O PS está há 14 anos à frente dos destinos do município, não está há 14 meses.

Determinada política aplicada nestes 14 anos não está isenta da situação degradante a que chegaram os Centros Históricos de Torres Novas e Lapas.

Era bom que se reconhecesse isso.

Quanto ao futuro estamos na generalidade de acordo com os objectivos propostos e também com alguns caminhos apontados.

Gostaríamos no entanto de fazer alguns reparos e também algumas propostas estruturantes.

Estes projectos vão ser uma grande oportunidade para o sector privado, nunca é demais lembrar à Câmara Municipal que deve acautelar os interesses públicos, os interesses dos pequenos proprietários e os interesses dos residentes.

Esperamos que a Câmara Municipal seja também parte directa na reabilitação dos centros e não entregue tudo a empreiteiros, parece-me que o município tem também capacidade para executar.

Proposta 1 – o Parque de estacionamento do Almonda deve desde já garantir o apoio efectivo aos residentes do Centro Histórico.

Difícilmente se entende novos residentes sem automóvel e dificilmente se entende um centro Histórico com carros no seu interior.

Proposta 2 – constituição de um grupo de acompanhamento na área social. A média etária dos actuais residentes assim o aconselha, também o processo de construção do projecto justifica tal grupo, infraestruturas de apoio social de proximidade, parques infantis, etc.

Proposta 3 – energias alternativas.

Difícilmente se compreenderá uma obra deste alcance que não inclua as energias alternativas, para poupança de energia e procedimentos ambientalmente correctos.

Proposta 4- adaptação física e económica de espaços para apoio às instituições de carácter social, recreativo, lazer, desportivo, etc.

Parte da vida que é necessário trazer para o seio do Centro Histórico, poderá ser encontrada nestas instituições.

Proposta 5 – englobar no projecto o transporte da bicicleta.

Se não forem criadas desde já as infra-estruturas necessárias a esta prática dificilmente se concretizará.

Proposta 6- alteração substancial do regulamento de taxas de urbanização e edificação actualmente em vigor.

As taxas em vigor são de tal forma altas que impedem a participação dos possíveis interessados.

Será um forte impulso para que os proprietários possam participar neste processo assim como revitalizar a actividade económica.

Proposta 7 – constituição de um grupo de acompanhamento no âmbito da Assembleia Municipal.

A grandeza e a complexidade de tais projectos assim como a transparência devem dar à Assembleia Municipal o protagonismo que um órgão de fiscalização deve ter.

Estes são os contributos do Bloco de Esquerda que gostaríamos de ver discutidos”.-

**Vereador Sr.º Pedro Lobo Antunes** – Respondeu a algumas questões, nomeadamente que só 30% dos fogos é que estão desocupados, não sendo assim um deserto tão grande, sendo que o problema é também o envelhecimento da população residente e ainda o facto de 67% dos edifícios terem mais de sessenta anos, para além da construção de má qualidade. Para a sua revitalização, a Câmara contará com a SRU, que a ser constituída fará o mesmo que a Câmara pode fazer, mas com mais agilidade e elasticidade de procedimentos, porque a SRU tem a agilidade e rapidez de decisão que a Câmara não pode ter, podendo socorrer-se também de acessos a parcerias, como por exemplo, o INH. Respondendo directamente às restantes propostas colocadas pelo membro António Gomes, informou ainda que não estão previstos lugares no parque de estacionamento já concessionado. Considera ser possível a construção de garagens, na recuperação e revitalização dos próprios edifícios. Sobre as energias alternativas concorda plenamente, procurando-se meios para implementar, assim como o transporte em bicicleta, que se deve ter em conta na recuperação das vias e caminhos. Quanto aos espaços para apoio a instituições várias no centro histórico, parece-lhe bem. Em relação às TMUs e às possíveis reduções para o centro histórico, já estão previstas na última alteração feita ao Regulamento. Por último, disse concordar com o grupo de acompanhamento proposto no âmbito da Assembleia Municipal, mas que seja eficaz, embora esta opinião, transmita o seu ponto de vista pessoal, uma vez que a Câmara ainda não se pronunciou. -----

**Ramiro Silva** – Fez a seguinte intervenção: “Fazer uma afirmação, terminar com uma recomendação e pelo meio deixar muitas e muitas interrogações da leitura que fiz do documento.

Em primeiro lugar uma afirmação e reafirmar o que dissemos na primeira reunião, que este plano estratégico para a reabilitação dos centros históricos de Torres Novas e Lapas, é uma reivindicação da CDU há mais de dez anos, apresentamos propostas, fizemos

trabalho e neste sentido saudamos que finalmente a câmara reconheça importância nas nossas preocupações e como diz o povo, “mais vale tarde que nunca” apesar de nalguns casos já ser tarde como é reconhecido no próprio documento.

Depois começam as dúvidas, que vou começar a colocar:

Não há em parte nenhuma do documento, nenhuma previsão de custos, disponibilidades financeiras, do funcionamento da SRU. Depois em relação à referência de que 67% da construção com mais de 60 anos, importa clarificar é só nas Lapas. Ainda reportando à tabela expressa no documento, queria deixar duas ou três notas- 1.ª fala-se na poluição do Rio Almonda, acumulação de lixo nas margens, depois lê-se o documento todo e não se fala na resolução desse problema. Também nessa inventariação se diz que há um excesso de oferta de espaços residenciais no exterior dos centros históricos e que se diz que isto está identificado como uma ameaça. A minha pergunta é se estão pensadas algumas medidas para combater esta ameaça. Em relação ao desafio demográfico afirma-se que a reabilitação urbana não é um processo físico, completamente de acordo, é antes a capacidade de combinar as dimensões do edificado construído com o social e também o económico. De acordo. Agora o que se propõe em relação a este último item é que é muito pouco ou seja: estamos bem no diagnóstico, mas mal na terapêutica. Ou será que está previsto mais alguma coisa que não está identificado no texto? Quanto ao desafio económico, dá-se relevo às instituições presentes no centro histórico, Colectividades, Associações, não se fala das Lapas, só de Torres Novas. Mas nas medidas propostas com excepção duma referência à Arpe, tudo o resto é esquecido, não se poderá ir mais longe? É que não chega constatar um facto é preciso respostas. Quanto ao núcleo histórico de Torres Novas na parte da vivência afirma-se que já se vislumbrem sinais de mudança num reajustamento na procura residencial e na oferta de bens e serviços. A minha pergunta é: Quais são esses sinais. Em relação ao núcleo histórico de Lapas, afirma-se que esta área pode ganhar novo fôlego através da divulgação do património associado à gruta das Lapas e ao complexo da Fábrica do Álcool a minha pergunta é? Como é que isto se pretende fazer se a única coisa que se propõe para a fábrica do álcool é criar novos espaços habitacionais nos terrenos da fábrica que vierem a ser dispensados. Unidades de intervenção SRU qual o

prazo previsto para a elaboração dos documentos estratégicos de acordo com o Decreto-Lei n.º 104/2004. Quanto ao programa habitacional há referências ao centro histórico e não há ao centro histórico das Lapas. Isto é sistemático. Quais os programas que vão permitir atingir os objectivos propostos. Vi umas referências ao Proabita e outros já estão em execução. Vai-se continuar a apostar em programas que provaram não ser solução. Que novos apoios, programas específicos prevê a Câmara Municipal para apoiar moradores/proprietários dos edifícios nos centros históricos? No Programa Conhecimento Cultura e Lazer mais uma vez não existe nenhuma referência às Lapas, porque não chega requalificar as ruas e as casas é necessário dar-lhes vida os espaços precisam ser dinamizados.

Quanto à acção n.º 9, a Empresa Municipal Cultural para Torres Novas, pela sua importância e dimensão merece-nos uma análise mais desenvolvida que de momento face ao tempo disponível não o podemos fazer mas queremos desde já marcar uma posição que tal proposta encontra em nós as maiores dúvidas e preocupações. Duas questões que não são referenciadas no texto e que eu gostaria de chamar a atenção. Há várias referências no estudo a praças e largos parecia mais adequado que houvesse uma estratégia para as praças e largos que estão inventariados, até para evitar erros que foram cometidos no passado. Do meu ponto de vista, o que foi feito no largo dos “bancos”, a palmeira na praça, “Café Central”, pensávamos que devia de haver uma estratégia para as praças e largos, ver as suas necessidades culturais económicas, convívio, lazer, etc., e após esta definição então elaborar os projectos.

Não existe nenhuma referência sobre segurança, prevenção e protecção dos centros históricos, se se vai fazer uma requalificação, se se vai mexer nas vias, parecia bem que se falasse sobre redução de risco de incêndio, bem como participação do serviço de protecção civil e bombeiros, na elaboração dos projectos.

Uma outra questão também que me chamou a atenção foi o facto que cada vez que se fala no Rio Almonda e do seu aproveitamento, fala-se quase sempre em esplanadas, restaurantes, bares e discotecas, parece-me bastante limitativo, é que há outras formas de ver o rio.

Uma outra questão que não está referida: na consulta que fiz na Net para conhecer outras realidades verifiquei a existência de regulamentos municipais próprios, é que não existe qualquer regulamento municipal, está previsto? tendo em conta estes projectos. Por último, algumas questões que apesar de se enquadrarem em parte no plano teórico, para mim parecem-me importantes: a experiência na recuperação dos centros históricos, em particular na elaboração de planos, quer gerais, quer de pormenor, nalguns casos têm obtido resultados aquém das expectativas criadas fruto de nas equipas que elaboraram tais estudos, não se incluírem especialistas em história do urbanismo, em conservação integrada e técnicos perfeitamente conhecedores da realidade local. Parece-me óbvio que não se conhecendo as causas históricas do abandono e da degradação, não só no global, mas rua a rua, quarteirão a quarteirão as propostas de intervenção inevitavelmente não serão as melhores. É fundamental conhecer o efectivo valor dos centros históricos em causa, a importância da sua arquitectura, as realidades sociais e económicas, para propor soluções adequadas. À luz destes princípios gostaria de saber a composição da equipa que produziu este trabalho, será que teve a intervenção de técnicos locais? Caso não seja possível, como foi feita a articulação e o conhecimento com a realidade local. Segundo o estudo que fiz sobre a revitalização dos centros históricos, existe um linha transversal de actuação que assenta na ideia que me parece consensual, de que a reabilitação faz-se para e pelas pessoas, ou seja com o seu envolvimento, contribuindo esta envolvimento em muito para o êxito de algumas reabilitações feitas. Poderia exemplificar alguns casos, mas deixo como referência Guimarães, onde este iten é muito sublinhado. Assim pergunto: Que medidas estão pensadas para o envolvimento da população, em particular os residentes? Que medidas estão programadas para envolver as populações residentes na elaboração ou conhecimento destes projectos? Será que vão ser colocados perante o caso consumado? Termino com uma recomendação à Câmara Municipal: que constitua a comissão de acompanhamento da recuperação dos centros históricos de Torres Novas e Lapas, aprovada em reunião de Câmara de Junho de 2006, pois o momento é o mais oportuno”.-----

**Vereador Sr. Pedro Lobo Antunes** – Explicou como foi elaborado este plano estratégico para os centros históricos de Torres Novas e Lapas, por lhe parecer haver alguma confusão, com o presente e que servirá de estudo prévio para tomar decisões como por exemplo a constituição da SRU ou não. Informou que este plano não será para executar, este trabalho chama-se plano estratégico, que foi feito em colaboração com os técnicos da Câmara, para os centros históricos de Torres Novas e Lapas identificados no PDM e portanto daí este plano abrangente e não para executar. Com este Plano estratégico a Câmara pode constituir uma SRU ou não, ou destacar um dos sectores dos serviços da Câmara para se dedicar aos centros históricos e a estas zonas que estão apontadas, ou outras que valerá a pena juntar a estas áreas consideradas prioritárias. Como se está numa fase de estudo prévio, só quando se tiver um documento estratégico com zonas definidas é que se pode calcular os custos.

Fez ainda referências à falta de incentivos dos privados em investir em velharias e ainda à possibilidade de construir estacionamento no próprio centro histórico.-----

**Manuel Filipe** – Fez a seguinte intervenção: “Dizer que é uma situação com 10 anos, a preocupação pelo Centro Histórico, também o PS pode dizer que a sua preocupação tem mais anos. Relativamente ao documento, parece-lhe bem elaborado, com um diagnóstico profundo e sério dos problemas dos centros históricos de Torres Novas e Lapas. De louvar a articulação que o próprio documento refere com o projecto Turris XXI Cidade Criativa que foi debatido aqui na semana passada. Quer-me também parecer haver algumas contradições na intervenção da CDU, relativamente ao seguinte: acusa o facto do centro histórico estar a perder população e que a sua recuperação deveria ser feita com técnicos que estudassem e apontassem as causas dessa mesma desertificação, para logo a seguir dizer que essa recuperação deve ser feita, em diálogo com a população. Ora se a população não existe, se a população está envelhecida, acho que devem ser os técnicos, do ponto de vista urbanístico, a definir e a recuperar esse mesmo centro histórico, a recuperar precisamente as condições de habitabilidade, de forma a conseguirem captar as camadas jovens. De referir, também, que as dificuldades que são inerentes ao centro histórico de

Torres Novas, não são específicas de Torres Novas, são dificuldades inerentes a todos os centros históricos deste país. Infelizmente, nós notamos que por todos os lados há uma grande desertificação. Por exemplo, nalgumas cidades de Espanha, o que se vê é uma população que vive nos centros das cidades e nem precisa de automóvel. Essas cidades estão revitalizadas pela própria população. Penso que há aqui também uma certa atracção de viver fora, por parte da população portuguesa, com outras condições, do que estar no centro da cidade.

O documento faz também uma inventariação de associações e colectividades que já existem no centro histórico. Parece-me que é de apostar nessas associações para que permaneçam e revitalizem o centro histórico. Mas é também preciso exigir que elas tenham planos de actividade, que elas desenvolvam precisamente acções que dêem vida a esse mesmo centro histórico, para que depois não se encontrem associações com sedes permanentemente fechadas e que durante anos não dão sinal de vida.

De referir, ainda, que a aposta em questão vai depender muito da vontade de terceiros, nomeadamente privados, da população jovem ou de outros que se queira captar para viverem dentro da cidade. Já foi falado aqui nas medidas de reduções de taxas para incentivar essa recuperação. Apetece também dizer que medidas coercivas existem para que depois o centro histórico não possa ficar um mosaico de casas recuperadas, umas, e em degradação, outras.

Por último, uma dúvida: a recuperação do centro histórico... e porque não também a recuperação histórica do centro histórico? Saber se realmente se vai apostar apenas na recuperação do construído para evitar a degradação, ou se poderá haver também algum estudo para preservar a traça dalgumas habitações, para depois vir a ser um centro histórico fidedigno às origens e àquilo que todos nós queremos preservar e valorizar nesta nossa cidade”.....

**Sr. Vereador Pedro Lobo Antunes** – Fez algumas referências à desertificação verificada no centro histórico, que não é inédito, dando como exemplo a cidade de Évora, bem como ainda à transformação que se pode vir a verificar, com a revitalização dos

próprios edifícios, considerando que os incentivos não se devem descurar, tendo em vista a fixação o mais possível de casais jovens.-----

**Evelina Mendes** – Disse congratular-se com a recuperação dos centros históricos de Torres Novas e de Lapas e ainda com o facto de eventualmente o QREN vir a apoiar os mesmos. Alertou para o facto de ter sido referido a facilidade da SRU poder agilizar processos, sim, mas não se podem esquecer que os princípios da igualdade e da transparência são princípios base da administração e quando se fazem concursos para adjudicar empreitadas, é para que esses princípios sejam aplicados, é isso que distingue a administração pública, da privada. Fez ainda uma curta referência ao já citado exemplo de Espanha na recuperação dos centros históricos, situação que se iniciou há muitos anos, enquanto aqui, só agora se estar a iniciar essa mudança.-----

**António Canais** – Pretendeu saber da ausência do Sr. Presidente da Câmara à sessão, tendo o Sr. Vereador Lobo Antunes informado, que se encontrava com a delegação romena de visita a Torres Novas.

Colocou de seguida as seguintes questões, relacionadas com a recuperação do centro histórico: a qualidade da sua feitura e dos respectivos materiais – verificamos que a última recuperação foi de má qualidade, veja-se o largo dos bancos com o calcetamento defeituoso, os lancis já quase todos lascados, a pouca espessura da pedra, dando um aspecto degradante e envelhecido a uma obra tão recente. Certamente foi mão-de-obra pouco qualificada e materiais de terceira...Vale mais pouco e bem feito, do que muito e mau, devendo-se numa 2.ª fase definir áreas prioritárias, talvez aos quarteirões, criando incentivos, etc., mas nunca esquecendo que recuperar e requalificar sim, mas com qualidade.

Disse que foi referido que a CDU há dez anos que tinha iniciado a luta pela recuperação, ainda era APU à cerca de trinta anos já se preocupavam com isso, como se prova com a criação do GTL no tempo em que o pelouro da Habitação e Urbanismo era da CDU.-----

**António Leal** – Realçou a questão que foi referida pelo membro do BE, sobre uma possível comissão de acompanhamento dos projectos em análise, tendo obtido o acordo, também da parte do Sr. Vereador. Se o PS tivesse a mesma opinião teríamos no bom caminho, para aquilo que se define como liberdade. Relativamente à questão em análise, naturalmente que na próxima discussão que a Assembleia fizer do documento final, estarão mais bem preparados para poderem discutir e acrescentou que por uma questão funcional e política, se quem governa há alguns anos esta autarquia vem apresentar um plano de reestruturação do centro histórico, também teve na sua mão políticas para algumas medidas que poderiam ser adoptadas, não era por exemplo, estarem os munícipes por vezes seis meses à espera da concessão duma licença RECRIA.

Fez ainda uma curta referência à eventualidade de constituição da SRU, se poderá ou não emitir licenças, questões que ficarão para a próxima reunião sobre o tema e para a qual ficará expectante.-----

**Sr. Vereador Pedro Lobo Antunes** – Referiu não se poder dizer que esta situação tivesse sido esquecida pelo executivo, lembrando que já no mandato anterior tinha sido criado pelo mesmo, o programa “Recuperar é Viver” que foi uma grande ajuda, tendo sido até posteriormente alargado às aldeias. Embora seja um grande encargo financeiro, é complicado, mas tem sido uma boa ajuda. Quanto à deliberação da câmara sobre a constituição da comissão de acompanhamento, de facto já deliberou, mas só no âmbito da Câmara e no seu entendimento deveria ser também com elementos da Assembleia Municipal, ou até só da Assembleia.-----

**António Gomes** – Disse o seguinte: “Referir ainda que das sete propostas feitas pelo BE, não foi feita qualquer alusão a duas, parece-me muito importante, que a eventual constituição de um grupo de acompanhamento da responsabilidade da câmara municipal, com técnicos da área social, uma vez que irão ser realojados largas dezenas de pessoas e de idade já avançada e toda a gente imagina o tipo de problemas que isto acarreta. Seria bom que estes técnicos tivessem um papel já bastante activo na construção do projecto final,

como a construção de parques infantis, etc., parece deveras importante que se inclua no projecto pessoas com essas preocupações. Fiquei muito preocupado com o parque de estacionamento, não vamos por aí, é preciso renegociar, e garantir estacionamento para quem for viver para o centro histórico, é uma oportunidade que não devemos desperdiçar, parques temporais sim, agora garagens dentro do centro histórico, meter novamente os automóveis no pior sitio, essa será a pior solução.

Relativamente à SRU parecia um dado adquirido, mas agora parece que já não é. O que parece, é que precisamos duma solução rápida. Vamos repensar”-----

**Sr. Vereador Pedro Lobo Antunes** – Prestou ainda alguns esclarecimentos sobre a resolução para o estacionamento na cidade, dando o exemplo, do parque subterrâneo que irá ter cerca de duzentos lugares e ainda como já disse atrás, a possibilidade de que nas obras de recuperação do próprio centro histórico sejam previstos estacionamentos.-----

**Paulo Renato Gregório** – Questionou que, como tinha ouvido na explanação feita pelo Sr. Vereador o possível alargamento da área de influência da zona histórica, em relação à que estava prevista, que explicasse o porquê disso e se será na continuação da zona definida, ou poderá ser a definição dum núcleo isolado.-----

**Sr. Vereador Pedro Lobo Antunes** - Respondeu de novo a algumas questões, nomeadamente quanto ao facto da necessidade de intervenção dos serviços de acção social em todo este processo. Quanto ao referido alargamento da zona histórica, informou que de momento o que se lembra que foi alargado, foi a zona da antiga Central Eléctrica, que ainda não constava e nas Lapas.-----

**Hélder Moita** – Interveio para referir duas questões em relação às Lapas:

1 – Como o estacionamento é um problema nas Lapas, se para além do que foi falado desta criação de estacionamentos próprios que acha não ser possível fazê-los todos dessa forma, questiona se há alguma coisa em mente, de os criar noutros locais, na saída,

ou entrada. Também sobre o trânsito que vem falado no documento e que se reconhece ser um problema, referiu que como há uns anos tinha sido colocada uma alternativa à artéria principal, questiona se essa ideia continua ou não, ou só de eliminar o trânsito pesado.

2 – Ainda questionou se a referência feita ao alargamento da zona em Lapas, se se refere ao edifício do antigo lagar.-----

**Vereador Sr. Lobo Antunes** – Respondeu que Lapas é muito complicado no trânsito, embora no PDM esteja previsto retirar o trânsito do centro. Considerou haver algumas alternativas de estacionamento junto aos terrenos da Câmara e informou que o referido alargamento, se refere à zona do antigo lagar previsto para equipamento hoteleiro.-

**Rui Alves Pereira** – Interveio para colocar algumas questões, relacionadas, nomeadamente: se para este volume de obras, foi elaborado algum cronograma financeiro e se foram tidas em conta as achegas feitas ao projecto da Praça de Outubro, aquando da discussão pública do mesmo e se foi dado conhecimento público das mesmas.-----

**Sr. Vereador Pedro Lobo Antunes** – Respondeu que nesta fase não existe qualquer cronograma financeiro, isto é um plano estratégico, volta à Câmara com achegas que será portador, para aprovar ou não e a SRU constituída ou não, ficará com a responsabilidade deste plano para cumprir, depois de aprovado pela Câmara e Assembleia. Só depois é que será elaborado o respectivo cronograma financeiro. Sobre o projecto da Praça 5 de Outubro, é do conhecimento de todos, as alterações verificadas na fase de discussão pública e a obra irá brevemente a concurso.-----

**Ramiro Silva** – Registou que muitas das observações que foram levantadas pelo seu grupo e que foram respondidas pelo Sr. Vereador, nalguns casos vieram ao encontro das nossas preocupações e que nós partilhamos daquilo que foi dito, algumas referências que foram feitas o Sr. Vereador não se pronunciou, mas penso que tomou nota, em relação ao futuro, como as sucessivas ausências ou referências às Lapas depois nos diversos

programas, mas a questão que eu queria voltar a falar que é aquilo que eu penso que é central e que também depreendi das palavras do Sr. Vereador, que é o programa habitacional e que do êxito deste programa depende o êxito da reabilitação e que tem um problema grave, que o problema de muito ser privado. O Sr. Vereador disse e bem, se tiver que haver expropriações terão de haver, mas eu tinha colocado mais uma questão nesta matéria, que era a questão dos programas disponíveis, e que era a seguinte: tendo em conta da importância para o êxito do programa habitacional, a parte dos privados, deveria de haver da parte da Câmara uma política mais agressiva no bom sentido, se está previsto a câmara criar para além daquilo que está em vigor, algum programa específico para ajudar a resolver este problema tendo em conta a percentagem elevadíssima de desprezo na habitação social. Estou a falar nisto, porque na pesquisa que fiz por me interessar como é que muitos dos casos estão a ser resolvidos, verifiquei por exemplo que Leiria criou um programa que não sendo o ideal, está a dar uma boa ajuda, portanto saber se de facto a Câmara tem isso na ideia, porque se ficarmos à espera de que os privados vão fazer com o que está neste momento, se não o fizeram até agora, porque é que o hão-de ir fazer a seguir. É esta a preocupação que quero deixar”.....

**O Vereador Sr. Pedro Lobo Antunes** – Respondeu ainda que é intenção da câmara, aproveitar todos os programas que ainda existem, bem como se for caso disso, recorrer ao financiamento e colaborar na medida do possível, com os privados.....

Foi de seguida dada por terminada, a 2.ª reunião da sessão iniciada em vinte e sete de Junho do corrente ano, com a análise do Plano Estratégico para a Reabilitação dos Centros Históricos das Lapas e Torres Novas.....

Dada a palavra ao Excelentíssimo público, ninguém dela usou, tendo de seguida, sido encerrada a sessão pelas vinte e três horas, do dia quatro de Julho, de dois mil e sete, da qual se lavrou esta acta, que lida e aprovada vai ser assinada pelo Presidente e Secretários.....